

**PRECARIZAÇÃO DA VIDA E LUTA POR TERRITÓRIO: ANÁLISE DA DINÂMICA DE VIDA DE UM RIBEIRINHO NA AMAZÔNIA**

**PRECARIZACIÓN DE LA VIDA Y LUCHA POR EL TERRITORIO: ANÁLISIS DE LA DINÁMICA DE VIDA DE UN RIBEREÑO EN LA AMAZONÍA**

**PRECARIZATION OF LIFE AND STRUGGLE FOR TERRITORY: ANALYSIS OF THE LIFE DYNAMICS OF A RIVERSIDE DWELLER IN THE AMAZON**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v17i3.70121>

Fábio Rodrigues Carvalho<sup>1</sup>

Daylan Denes<sup>2</sup>

Solange Struwka<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa a dinâmica subjetiva de um trabalhador ribeirinho e amazônico, protagonista da resistência e organização coletiva na luta por um território em disputa na comunidade Seringal Belmont (Porto Velho-RO). Trata-se de um estudo de caso fundamentado na reconstrução da história de vida, realizada por meio de entrevistas, e analisada à luz da Psicologia Histórico-Cultural e do Materialismo Histórico-Dialético. A investigação buscou apreender a gênese e as transformações subjetivas mediante a compreensão dos sentidos e motivos vinculados ao trabalho e ao território, identificados como centrais nos processos de resistência coletiva pela terra. A pesquisa indica que o desenvolvimento humano não pode ser apreendido de maneira abstrata, mas apenas em sua vinculação às condições objetivas de existência e às contradições do capitalismo. A história de vida investigada revela a centralidade do trabalho familiar e comunitário como fundamento da experiência ribeirinha, ao mesmo tempo em que expõe as transformações subjetivas decorrentes da migração, da precarização do trabalho urbano e da inserção na luta coletiva pela terra. Nesse movimento, destaca-se o papel do trabalho como fundamento ontológico do ser social e a categoria de sujeito concreto para a compreensão do humano em sua historicidade. A luta pelo território emerge, assim, como espaço de produção de sentidos e motivos e de resistência frente à lógica destrutiva do capital, reafirmando o território como locus de reprodução da vida e de enfrentamento entre projetos societários distintos.

**Palavras-chave:** Território. Amazônia. Trabalho. Resistência coletiva. Psicologia Histórico-Cultural.

**Resumen:** Este artículo analiza la dinámica subjetiva de un trabajador ribereño y amazónico, protagonista de la resistencia y de la organización colectiva en la lucha por un territorio en disputa en la comunidad Seringal Belmont (Porto Velho-RO). Se trata de un estudio de caso fundamentado en la reconstrucción de la historia de vida, realizada a través de entrevistas y analizada a la luz de la Psicología Histórico-Cultural y del Materialismo Histórico-Dialéctico. La investigación buscó comprender la génesis y las transformaciones subjetivas mediante la comprensión de los sentidos y motivos vinculados al trabajo y al territorio, identificados como centrales en los procesos de resistencia colectiva por la tierra. La investigación indica que el desarrollo humano no puede ser comprendido de manera abstracta, sino únicamente en su vinculación con las condiciones objetivas de existencia y con las contradicciones del capitalismo. La historia de vida investigada revela la centralidad del trabajo familiar y comunitario como fundamento de la experiencia ribereña, al mismo tiempo que expone las transformaciones subjetivas derivadas de la migración, de la precarización del trabajo urbano y de la inserción en la lucha colectiva por la tierra. En este movimiento, se destaca el papel del trabajo como fundamento ontológico del ser social y la categoría de sujeto concreto para la comprensión de lo humano en su historicidad.

La lucha por el territorio emerge, así, como espacio de producción de sentidos y de resistencia frente a la lógica destructiva del capital, reafirmando el territorio como locus de reproducción de la vida y de confrontación entre proyectos societarios distintos.

**Palabras clave:** Territorio. Amazonía. Trabajo. Resistencia colectiva. Psicología Histórico-Cultural.

**Abstract:** This article analyzes the subjective dynamics of an Amazonian riverside worker, a protagonist of resistance and collective organization in the struggle for a contested territory in the Seringal Belmont community (Porto Velho-RO). It is a case study based on the reconstruction of a life history, conducted through interviews and analyzed in light of Cultural-Historical Psychology and Historical-Dialectical Materialism. The investigation sought to apprehend the genesis and subjective transformations through the understanding of the senses and motives linked to labor and territory, identified as central in the processes of collective resistance for land. The research indicates that human development cannot be understood in the abstract, but only in its connection to the objective conditions of existence and the contradictions of capitalism. The investigated life history reveals the centrality of family and community labor as the foundation of riverside experience, while also exposing the subjective transformations resulting from migration, the precarization of urban labor, and engagement in the collective struggle for land. In this movement, the role of labor as the ontological foundation of social being and the category of concrete subject are highlighted for understanding the human in its historicity. The struggle for territory thus emerges as a space for the production of meanings and resistance against the destructive logic of capital, reaffirming the territory as a locus of life reproduction and confrontation between distinct societal projects.

**Keywords:** Territory. Amazon. Labor. Collective resistance. Cultural-Historical Psychology.

### **Introdução**

Os povos amazônicos (indígenas, ribeirinhos, camponeses e quilombolas) foram historicamente tratados como invasores em suas próprias terras e como entraves ao “progresso” e ao “desenvolvimento” destrutivo projetados para a região. Esse chamado desenvolvimento, no entanto, traduziu-se em um contínuo processo de exploração e reconfiguração territorial orientado pela lógica do capital, perceptível desde os ciclos da borracha, nos projetos de colonização da ditadura militar até os dias atuais, como consenso transversal que orienta os diferentes grupos políticos. Tais iniciativas devastaram a natureza, consolidaram uma política fundiária concentradora e resultaram na expropriação e empobrecimento desses povos (Souza, 1994; Porto-Gonçalves, 2001).

A retórica desenvolvimentista, usada para legitimar grandes empreendimentos, provocou e continua a provocar graves consequências sociais e ambientais: desterritorialização de comunidades, grilagem, violência agrária e apropriação privada dos bens comuns em benefício de poucos. As políticas de colonização das décadas de 1960 e 1970 marcaram profundamente essa lógica, ao projetar a Amazônia como região “vazia” e “atrasada” que deveria ser integrada, deslocando para ela os conflitos agrários de outras partes do país e promovendo a mercantilização da terra (Ianni, 1979). Longe de superado, esse modelo intensifica-se hoje com o avanço do agronegócio e da mineração, apoiados em investimentos estatais e em novos discursos de integração e desenvolvimento, exemplificados pela criação, em 2019, da AMACRO (acrônimos dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia), área estratégica da expansão da fronteira agrícola (Craveira; Silva, 2024).

Nesse contexto, as comunidades dos campos, das águas e das florestas, que historicamente estruturam sua existência em modos de vida que, em certa medida, confrontam a lógica capitalista, encontram-se hoje sob intensa ameaça diante do avanço de um sistema em expansão em várias frentes, denominado agro-minero-hidro-bio-carbono-negócio (Malheiros; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021). A expansão do capital sobre os territórios, sustentada pela concentração fundiária

e pela mercantilização da terra, provoca expulsões que obrigam ao abandono dos territórios e modos de vida, levando à migração para áreas urbanas e à submissão a relações de trabalho precarizadas e de superexploração (Antunes, 2018). Tais processos expressam o embate entre dois projetos de mundo inconciliáveis: de um lado, a racionalidade capitalista, que transforma a terra em mercadoria; de outro, modos de vida comunitários, que a reconhecem como espaço de vida, memória histórica, pertencimento e reprodução social.

No presente estudo, destaca-se a comunidade Seringal Belmont como foco de discussão dessa dinâmica. Localizada a três quilômetros da área urbana da cidade de Porto Velho, Rondônia, foi formada por trabalhadoras e trabalhadores sem terra que ocuparam terras públicas não destinadas e que hoje enfrentam a desigual disputa contra grileiros e a permissividade dos órgãos públicos, historicamente favoráveis aos interesses dos empresários/latifundiários. A trajetória destes sujeitos expressa, de modo exemplar, as contradições da territorialização amazônica, em que práticas de vida baseadas no trabalho familiar, comunitário e de respeito aos ciclos da natureza são sistematicamente ameaçadas pela lógica da grilagem e pelo lucro fundiário de poucos. Neste artigo, analisa-se em particular a trajetória de um de seus integrantes, como caminho para compreender, em profundidade, como determinadas condições objetivas e subjetivas se articulam, ao longo da dinâmica da história de vida, na constituição de sentidos e motivos vinculados aos processos de resistência coletiva pelo território.

Nesse contexto de luta por terra e território, compreendemos que a Psicologia, apoiada nos aportes teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural e no método materialista histórico-dialético, possui potencial para contribuir na compreensão de como as reorganizações territoriais impostas pelo capital afetam a vida dos sujeitos dos campos, águas e florestas. Ao mesmo tempo, permite analisar como o acumulado cultural e social dessas comunidades se converte em força ativa, mobilizada na construção de resistências coletivas e na afirmação de projetos de vida enraizados no território.

### ***Percurso metodológico***

O material empírico deste estudo foi construído a partir de entrevistas com um dos participantes de uma pesquisa mais ampla de mestrado. Orientado pelos aportes da Psicologia Histórico-Cultural e do Materialismo Histórico-Dialético, o trabalho buscou compreender o desenvolvimento e as transformações dos sentidos e motivos relacionados ao processo de resistência em defesa do território Seringal Belmont, em Porto Velho (RO), a partir das vivências de um camponês, aqui referido como José.

O primeiro contato com José e outros membros da comunidade ocorreu após um despejo violento em setembro de 2022, quando as famílias se instalaram em frente à sede do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para reivindicar o retorno ao território. Nessa ocasião, a pedido da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado, foi realizada uma ação conjunta com alunos

e profissionais de Psicologia e de outras áreas para levantamento socioeconômico das famílias. O acompanhamento prosseguiu de forma sistemática até o final de 2023, em articulação com docentes do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o núcleo de Psicologia Social de Porto Velho (ABRAPSO-PVH), sob a coordenação e envolvimento ativo dos autores deste texto.

No que se refere ao desenvolvimento da pesquisa, incluiu visitas frequentes ao acampamento, observação participante do cotidiano, registros em diário de campo e entrevistas com 04 integrantes da ocupação. Neste trabalho analisaremos a trajetória de José, reconstituída a partir da realização de duas entrevistas semiestruturadas, efetivadas entre março e maio de 2023, em que foram retomadas desde a infância até aquele momento de resistência e luta coletiva pelo território de Seringal Belmont. O objetivo foi abarcar um período amplo, captando a dinâmica de constituição e mudanças das necessidades, vivências, sentidos, conflitos, interesses, desafios e objetivos possibilitando uma compreensão mais abrangente de seu desenvolvimento como sujeito social que, de forma singular, vivencia condições objetivas historicamente configuradas (Beatón, 2014). As entrevistas ocorreram em local reservado, escolhido pelo participante, após apresentação da pesquisa, esclarecimento dos objetivos e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Todo o material foi audiogravado e integralmente transcrito.

Na análise, iniciamos pela organização do real concreto em sua manifestação empírica imediata, apreendido como dados aparentes que constituem o ponto de partida da investigação (Netto, 2011). Nesta fase, o procedimento central foi o movimento de abstração, entendido como o ato de isolar mentalmente elementos particulares de sua totalidade concreta para capturar suas determinações, contradições e mediações essenciais (Tonet, 2013). Este processo permitiu decompor a aparência fenomênica e avançar em direção à produção de categorias teóricas que expressam relações sociais fundamentais, ultrapassando a imediatez sensível para apreender, através do pensamento teórico, a essência do objeto investigado (Kosik, 1976; Netto, 2011).

Efetuada a abstração e produzidas as categorias analíticas, realizamos o movimento inverso de concreção, no qual o pensamento reconstrói dialeticamente o objeto ao rearticular progressivamente as determinações abstraídas, integrando-as em totalidades cada vez mais complexas até alcançar o concreto pensado enquanto síntese de múltiplas determinações (Tonet, 2013; Netto, 2011). Deste modo, o percurso analítico completa-se não como retorno ao ponto de partida, mas como elevação do abstrato ao concreto pensado, revelando a realidade como totalidade socialmente mediada e historicamente determinada. Assim, apresentamos os dois eixos centrais de análise: (1) Da vida ribeirinha à precarização do trabalho: constituição dos sentidos e motivos propulsores da luta por terra e território; e (2) Ocupação e luta pelo território: enfrentamento à precarização e individualização da vida e a luta por justiça social, ambos interpretados à luz da Psicologia Histórico-Cultural e do Materialismo histórico e dialético.

***Da vida ribeirinha à precarização do trabalho: constituição dos sentidos e motivos propulsores da luta por terra e território***

Partimos da premissa de que é necessário analisar o processo histórico de desenvolvimento dos sujeitos, sua vida, os desafios e conflitos vivenciados em seu cotidiano, e analisá-los à luz do materialismo histórico-dialético, a fim de avançarmos na consolidação de uma ciência psicológica capaz de superar a fragmentação produzida pela compreensão lógico-formal – associada a uma tradição científica historicamente articulada ao capitalismo –, que estruturou o pensamento científico de maneira fragmentada e desvinculada das condições concretas de existência. Nesse sentido, encontramos nas proposições de drama de George Politzer (2022/1928) e de vivência de Lev S. Vigotski (2025/1927) que, a partir de perspectivas distintas, convergem na crítica à abstração do sujeito e aportam para compreensão do humano determinado pela historicidade, conflitos, contradições e experiências vividas. Nesse sentido, se por um lado, ambos destacam que a Psicologia tradicional, ao se desenvolver no contexto histórico do capitalismo, naturalizou um sujeito abstrato, por outro, reafirmam a necessidade de assumi-lo a partir das determinações sociais e das condições objetivas de existência, o que revela os dramas concretos da vida sob relações de exploração, opressão e alienação. Assim, compreender o sujeito concreto significa apreender o humano como ser histórico-social, constituído nas e pelas contradições do real, nas disputas de classe e nos dramas vividos, que não são meramente individuais, mas expressões singulares da totalidade social e da historicidade humana.

Neste trabalho, nos valem dos aportes de Vigotski (1935/2010), visto que são decisivos para a compreensão dialética da transformação do objetivo em subjetivo e, conseqüentemente, da constituição deste sujeito concreto, expressa na unidade de análise denominada: vivência (*pereživanie*). Para o autor o conceito de vivência contribui na superação de dicotomias indivíduo-meio, interno-externo e a define como a unidade dialética que integra a relação entre consciência, personalidade e meio. A vivência reflete de forma indivisível tanto o que ocorre ao nosso redor, na relação com o concreto, quanto a maneira única e irrepetível como experimentamos esses eventos. Isso implica que todas as características da personalidade, desenvolvidas até aquele momento, e as especificidades do meio são integradas na vivência (Vigotski, 2018).

No escopo da teoria vigotskiana, o conceito de vivência articula-se diretamente com os processos de significação, os quais envolvem a construção de significados e sentidos. Enquanto o significado representa uma forma relativamente estável de compreensão partilhada socialmente, o sentido expressa a dimensão subjetiva e singular da experiência vivida por cada sujeito (Ponte; Lima, 2020). Como afirma Vigotski (1934/2009, p. 465): “O *sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência. Assim, o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluida e complexa, com várias zonas de estabilidade variadas*”. Dessa forma, o sentido não pode ser entendido como algo fixo ou imutável, mas como uma construção histórico-social em movimento, constantemente reelaborada nas relações e experiências concretas dos sujeitos. Ele está, portanto, intimamente vinculado às

vivências, assumindo formação distintas conforme as condições objetivas e subjetivas em que se insere cada indivíduo.

É justamente por meio da dinâmica das vivências que os sujeitos constroem sentidos, estabelecendo uma relação dialética entre o vivido e o significado que dele emerge. Como observa Rosa (2017), os sentidos são constituídos em contextos específicos e ganham forma através das vivências. São esses sentidos, por sua vez, que tornam possível apreender a complexa relação dialética entre sujeito e meio, pois expressam o modo como o sujeito concreto age ativamente sobre a realidade e a transforma.

Assim, consideramos que as vivências dotadas de sentido nos oferecerem uma chave interpretativa fundamental para compreender esse sujeito concreto, além disso, torna-se importante articular esse conceito às contribuições de Lídia Il'inichna Bozhovich sobre a esfera motivacional, como sistema complexo e hierarquizado de motivos que orienta e impulsiona a conduta humana. De acordo com Bozhovich e Blagonadiezkhina (1978), a esfera motivacional do sujeito é composta por um conjunto dinâmico de necessidades e motivos que se desenvolvem ao longo da vida. As necessidades expressam, de forma geral, uma carência vivida em relação a algo essencial para a existência, seja no plano biológico ou da constituição da personalidade, impulsionando diretamente o sujeito na busca por sua satisfação.

Os motivos, por sua vez, embora também mobilizem a conduta, podem atuar de maneira mediada, através de objetivos conscientemente estabelecidos ou decisões deliberadas. Podem assumir a forma de objetos, ideias, representações, sentimentos ou emoções, ou seja, tudo aquilo em que uma necessidade se plasma pode converter-se em motivo. Importa destacar que tais motivos não se reduzem a instâncias biológicas: são, sobretudo, socialmente mediados, refletindo o contexto histórico, as atividades e as relações sociais nas quais o sujeito está inserido. No decorrer do desenvolvimento, os motivos sofrem reorganizações, deslocando-se de necessidades imediatas e biológicas para motivos mais complexos, como valores, ideais e interesses sociais. Nesse sentido, a análise dos motivos oferece uma via privilegiada para compreender as condutas dos sujeitos e suas relações com o meio (Bozhovich, 1978).

A partir da concepção de Bozhovich (2023), compreende-se que as necessidades desempenham papel central na constituição das vivências, sendo a busca por sua satisfação, sempre situada em contextos concretos, o que lhes confere singularidade e as insere na esfera motivacional. Há, assim, uma relação dialética entre necessidade e vivência: as necessidades impulsionam ações que possibilitam as vivências, e essas vivências, por sua vez, favorecem o surgimento de novas necessidades. Para Vygotski (1933/1997), a compreensão plena do sentido de uma vivência exige a identificação do motivo que o orienta, já que é nele que se define sua intencionalidade.

É com base nessa discussão que inserimos a dinâmica da história de vida de José (nome fictício), 37 anos, nascido em Cruzeiro do Sul (Acre) e criado na zona rural ribeirinha. Sua infância e juventude foram marcadas pela vivência de relações sociais e atividades organizadas em torno do território, da sociabilidade e cultura ribeirinha, nas quais a família desenvolvia o trabalho camponês,

especialmente no cultivo de alimentos, extrativismo, pesca e da produção artesanal de farinha, atividades que não apenas garantiam a subsistência, mas também organizavam a vida comunitária. Esse trabalho coletivo e transmitido entre gerações, constituiu a base sobre a qual se formaram suas primeiras vivências, motivos e sentidos, seus vínculos com o território, o trabalho e suas referências de pertencimento.

A escolarização formal de José foi atravessada por inúmeras dificuldades, impostas tanto pelas longas distâncias que precisava percorrer quanto pela insuficiência e inadequação dos processos educativos disponíveis. Nessas condições, conseguiu frequentar a escola apenas até o 5º ano do ensino fundamental. Aos dezoito anos iniciou seu percurso migratório em busca de melhores condições de vida, passando por diferentes trabalhos formais e informais, tanto no campo quanto na cidade. Em 2012, mudou-se para Porto Velho (RO) e, em 2015, integrou-se à comunidade Seringal Belmont, engajando-se na luta pela permanência no território. Embora não exercesse funções formais de liderança, tornou-se referência na mobilização e resistência comunitária.

A análise da trajetória de José revela aspectos centrais para a compreensão dos sentidos atribuídos à sua relação com a terra. Suas vivências foram constituídas por uma profunda conexão com o território ribeirinho, onde passou a infância e juventude. Esse contexto possibilitou a constituição de relações sociais definidas pela convivência comunitária e de respeito à natureza, constituídos por uma forma específica de produção e reprodução da vida, mediada pelas práticas culturais e pela organização do trabalho coletivo. Tais vivências, marcadas por sentidos caracterizados por ele como positivos, emergem em sua fala como expressões de pertencimento e reconhecimento social, apresentando como a memória da vida ribeirinha se mantém como um referencial afetivo e simbólico importante na sua tomada de decisões:

Então, eu sempre vivi nesses lugares, né? Com minha mãe, com meus avós e a gente vivia da agricultura, plantio de roça, de milho, né? Plantio de raiz, de batata, de fruta, essas coisas da agricultura. Sempre a gente viveu da agricultura, da pesca, da caça, desse meio aí, né? A minha família de origem, de meus avós maternos, vem de interior também, de área ribeirinha, e a gente sempre viveu no interior. A gente achava mais saudável, mais legal, essa vida do interior.

A narrativa de José indica que suas vivências ribeirinhas favoreceram a constituição de sentidos vinculados ao território e à vida no interior, valorizada como uma forma de existência saudável e significativa. Tais sentidos emergem de experiências concretas, mediadas por relações sociais historicamente determinadas, nas quais a reprodução da vida se organiza pelo trabalho - marcadamente familiar e comunitário -, orientado à satisfação de necessidades objetivas.

Destacamos que o tipo de trabalho desenvolvido por José caracteriza-se por relações de produção não capitalistas. O capitalismo, em seu movimento desigual e contraditório, engendra a permanência e a reprodução dessas formas de produção em seu interior. Tais relações, marcadas pelo trabalho familiar e não assalariado, não devem ser vistas como simples sobrevivências “arcaicas”, mas como práticas continuamente recriadas pelo próprio processo contraditório do sistema, cuja expansão redefine e subordina antigas formas de produção à sua lógica de acumulação (Martins,

2018). Assim, a manutenção das relações não capitalistas de produção por comunidades e trabalhadores, como no caso analisado, não os coloca à margem do capital, mas os integra de modo contraditório e subordinado, contribuindo para sua reprodução. É nesse contexto que o território ribeirinho se configura como espaço concreto no qual o trabalho, seja no roçado, na pesca ou na caça, organiza a experiência e media a relação entre sujeito e meio. Essas práticas, aprendidas desde a infância, não são atividades isoladas, mas expressam uma forma específica de organização da vida, profundamente enraizada na realidade socioambiental local e permanentemente tensionada pelas contradições impostas pela expansão capitalista.

Nesse sentido, o desenvolvimento humano, em sua dimensão social e histórica, ocorre no processo de produção e reprodução da vida, orientado pela satisfação de necessidades concretas e mediado pelo trabalho, cuja complexificação acompanha as transformações das formas de sociabilidade engendradas pelo capitalismo (Lukács, 2015). No caso de José, o trabalho produtivo familiar (coletivo, intergeracional e territorialmente situado) assume papel central como núcleo organizador de suas relações, vivências, afetos, motivações e sentidos, ao mesmo tempo em que revela como a vida ribeirinha se estrutura entre práticas não subordinadas e formas de subordinação ao desenvolvimento capitalista, que redefine e condiciona os modos de apropriação do território e de reprodução social.

As palavras de José manifestam o papel estruturante do trabalho familiar ribeirinho, no qual sobrevivência, território e vínculos sociais comunitários se entrelaçam. Ao lembrar a infância, ele descreve um modo de vida marcado pela cooperação e pelo senso de pertencimento social:

A gente ajudava ele, ele ajudava a gente, mas sempre meio família. Eu morava perto de avô e avó, tinha mais dois tios meus, tinha a minha mãe, a esposa do meu tio e aí a gente trabalhava junto, né? [...] A gente do tamanho desse molequinho aqui já está ajudando em alguma coisa, e a gente encarava numa boa, fazia tranquilo. Todo ano tinha aquela programação, aquela meta, tantos hectares de roça pra poder se manter com aquilo ali.

Na fala são apresentadas a organização das relações sociais que integradas ao trabalho coletivo geram uma vivência caracterizada como positiva, em que, apesar de muito pequeno realizava as atividades laborais “(...) numa boa, fazia tranquilo”. Como já indicamos, o indivíduo é a síntese das múltiplas relações sociais em que se constitui, sendo a sua interioridade o modo como o sujeito apreende a exterioridade, parafraseando Marx, Vigotski (2000, p.27) explica: “a natureza psicológica da pessoa é o conjunto das relações sociais, transferidas para dentro e que se tornaram funções da personalidade e formas da sua estrutura”. Essa afirmação, tomada como síntese do desenvolvimento humano, reafirma que a base do desenvolvimento psíquico está nas relações sociais estabelecidas entre sujeitos com a realidade objetiva de um determinado contexto histórico. No caso analisado, são determinadas por dinâmicas específicas da apropriação territorial e produção familiar ribeirinha, baseadas na cooperação e na solidariedade. Vale destacar que essas formas de organizar o trabalho constituem práticas de longa data, socialmente determinadas e historicamente situadas. No contexto

amazônico e ribeirinho, contudo, as alternativas de sustento são escassas ou inviabilizadas pelas condições sociais e geográficas, tais práticas assumem centralidade objetiva na vida do sujeito.

Essa centralidade se expressa nas próprias reflexões de José, que, ao analisar sua condição aponta a dureza e o baixo rendimento da produção de farinha, mas também informa sobre a necessidade concreta que o mantinha na atividade:

Se a gente calcular, observar tudo que acontece quando você põe um roçado de mandioca até a colheita, você nem fazia [...], pouco rendimento, mas a gente fazia com amor. É uma fonte de renda. Pra quem não tem renda [...] para suprir as necessidades da família.

A fala do participante demonstra a relação entre necessidade objetiva e motivo: em um contexto de precarização e dificuldades concretas de vida, a busca por renda para suprir necessidades básicas não é uma escolha abstrata, mas determinação das condições concretas de existência. Nesse cenário, o trabalho produtivo familiar organiza a vida social, estruturando sua subjetividade e o sentido de ser ribeirinho.

Aqui, primeiramente, a principal motivação para enfrentar o árduo processo de produção de farinha, apesar dos baixos retornos financeiros, estava vinculada ao objetivo imediato de garantir a sobrevivência familiar. Entretanto, esse trabalho ultrapassa a função econômica de manutenção da vida: é também prática social que preserva saberes, fortalece vínculos afetivos e sustenta o sentimento de pertencimento comunitário e territorial. Assim, motivos ligados à subsistência se complexificam, integrando também dimensões culturais que vão se constituindo nas próprias relações sociais.

Nessa perspectiva, a interdependência entre necessidades e motivos, que compõem a esfera motivacional, é decisiva para orientar a conduta (Bozhovich, 1978). No caso de José, as condições concretas marcadas pela exploração e desigualdade social delimitavam suas possibilidades, mas também permitiam o desenvolvimento de motivos específicos, que uniam a preservação da vida à continuidade histórica de formas próprias de organização do trabalho e da existência ribeirinha.

Mesmo diante das dificuldades impostas por sua realidade, José atribui ao trabalho vinculado à vida ribeirinha, sentidos concebidos como positivos. Trata-se de uma atividade orientada pela lógica da reprodução da vida, e não pela acumulação de capital, em que a terra é espaço de trabalho e pertencimento, não mera mercadoria (Martins, 1980). Assim, o trabalho atende necessidades que estruturam seu modo de vida e constituem suas relações sociais.

Para ele, trabalhar na terra não se limitava a gerar renda: era prática constitutiva de ser ribeirinho, construída nas relações familiares e comunitárias e transmitida pela experiência concreta. Como aponta Silva (2021), o trabalho ribeirinho é simultaneamente meio de sustento e princípio educativo, por meio do qual se transmite conhecimentos, valores e práticas coletivas.

José descreve o processo produtivo da farinha como atividade coletiva e calculada: *“Sempre tem os mais experientes da família [...] faz todo um cálculo, dois hectares, três hectares [...] vai limpando a roça, cuidando pra macaxeira se desenvolver. É tudo artesanal, e a gente vai aperfeiçoando o costume, o conhecimento e vai*

*fazendo.*” Sua narrativa contempla o aprendizado produzido no 'costume', isto é, na repetição prática inscrita nas relações cotidianas de trabalho.

Nessa perspectiva, o fazer produtivo não se reduz à execução de tarefas, mas implica finalidades conscientemente projetadas e realizadas pela ação, os “pores teleológicos”, conforme Lukács (2015), que expressam a articulação indissociável entre consciência, prática e realidade material. O trabalho, nesse sentido, constitui o fundamento ontológico do ser social, sendo a protoforma da práxis humana e a mediação que possibilita a transição da esfera biológica à esfera social. É nele que se realiza a síntese singular entre teleologia e causalidade: a capacidade do ser humano de idealizar uma finalidade e, pela ação prática, objetivá-la, inserindo-se na rede de determinações causais do real (Lukács, 2013). Assim, o trabalho não é apenas uma atividade entre outras, mas o momento central no qual o sujeito se constitui como ser histórico-social, desenvolvendo suas capacidades criadoras, ampliando seus horizontes de possibilidades e, simultaneamente, conformando-se nas contradições do processo histórico (Lessa, 2007).

Nesse processo, as vivências ao longo da vida de José mobilizam seu desenvolvimento psíquico, permitindo a construção de sentidos que respondem às demandas de sua realidade objetiva (Beatón, 2017). Aprendido no contexto familiar, o trabalho não é para ele apenas uma tarefa, mas uma vivência inseparável das práticas culturais cotidianas, na qual se objetivam determinadas relações que constituem seu psiquismo. Essa diversa e complexa formação o capacitou a enfrentar desafios laborais sem se abalar pelas dificuldades encontradas em outros contextos.

Ao narrar sua experiência após mudar-se para cidades do interior do Acre, José afirma: “*A gente que é do interior é bicho solto, pega rapidão e desenvolve [...] acostumado mesmo o tempo todo a pegar no pesado [...] está muito no DNA de quem trabalha assim, na agricultura. No interior você é pra todo tipo de serviço. Você aprende rápido.*” Mesmo diante da precarização das relações de trabalho, a vivência ribeirinha lhe confere agilidade de adaptação e resistência às exigências do novo contexto. Essa trajetória, ainda que nem sempre explicitada de forma reflexiva, constitui um elemento central de sua formação como trabalhador.

As condições adversas da vida e do trabalho ribeirinho — marcado pela escassez de recursos, pelo predomínio de meios artesanais que dependem sobretudo da força física humana, pela ausência de infraestrutura básica (estradas, energia), pela distância em relação aos centros urbanos e pelo limitado acesso a políticas públicas de saúde, educação e assistência, somadas à baixa possibilidade de investimento e à carência de programas específicos de financiamento da produção e de compra de alimentos, configuram de modo permanente a vida daqueles que, como José, sobrevivem em pequenas porções de terra. Essa realidade, caracterizada por desigualdades e processos de exploração conformadas pela raça/etnia, classe e regionalidade (Maciel; Moraes; Nina, 2023), engendra sentidos e valores sobre o trabalho que, ao mesmo tempo em que preservam práticas comunitárias e vínculos culturais, forjam resistência diante das adversidades impostas pela sociabilidade capitalista. Contudo, essas limitações estruturais também produzem a necessidade concreta da migração.

Para José, a precariedade em sua comunidade, marcada pela ausência de energia elétrica, pelo acesso restrito à escola e pelas poucas oportunidades, determinou sua saída ainda jovem: “[...] *tinha um pouco de dificuldade na comunidade [...] luz na lamparina [...] falta de acesso à escola e condições melhores [...] fui morar em outros lugares do interior.*” A busca por melhores condições de vida levou José, posteriormente, à capital de Rondônia, Porto Velho, motivado pela promessa de mais oportunidades: “*Meu tio sempre falava que aqui teria mais oportunidade de emprego, porque a minha cidade ainda tem muita dificuldade de geração de emprego.*”

Sua trajetória demonstra as motivações da migração e que não podem ser compreendidas como uma escolha pessoal isolada, mas uma resposta à falta de acesso ao básico para viver com dignidade, a um processo que inviabilizou a permanência no território, e, conseqüentemente, desestrutura as bases objetivas da reprodução social ribeirinha. A migração lhe trouxe a necessidade de vender sua força de trabalho e o inseriu em atividades marcadas pela superexploração, rotatividade, ausência de garantias de direitos e precarização, tanto no meio rural quanto no urbano.

A trajetória de José insere-se num processo histórico de transformação do campo brasileiro, marcado pela reestruturação produtiva e pela expansão do capital sobre territórios de camponeses, comunidades tradicionais e povos originários. O avanço do agronegócio, fundamentado na grande propriedade privada, monoculturas e exportação de *commodities*, impulsiona a mercantilização da terra, dos direitos e da vida (Barros, 2018). Ao mesmo tempo, a carência de políticas públicas adequadas desvaloriza esses modos de vida, tornando inviável sua reprodução social.

Diante da expropriação de suas condições de existência, muitas famílias são forçadas a migrar, submetendo-se a trabalhos degradantes e intermitentes. É nesse contexto que José chega a Porto Velho, onde o trabalho informal, sobretudo em fazendas e na construção civil, torna-se sua principal alternativa:

Meu tio trabalha com construção e na área rural, pras fazendas [...] Eu fiquei um bom tempo trabalhando com ele [...] já saí pra fazer serviço e fiquei vinte e cinco dias sem voltar, às vezes trinta e cinco dias, por empreitada [...] Às vezes a gente combina uma coisa e não é aquilo que foi combinado, a pessoa não paga certinho.

Na cidade, José enfrenta longos deslocamentos, instabilidade financeira e descumprimento de acordos, realidade que contrasta com o meio ribeirinho, no qual a terra ainda garantia subsistência e alguma autonomia. Sem qualificação formal e oriundo do campo, ele integra o circuito de trabalhos temporários e mal remunerados, em um cenário de informalidade e ausência de direitos. Esse quadro exemplifica a superexploração descrita por Antunes (2018), típica do “precarizado” urbano, onde a flexibilização e a precarização atingem com maior força os setores mais vulneráveis da classe trabalhadora, degradando condições de vida e fragmentando vínculos coletivos.

A fragmentação dos vínculos sociais torna-se evidente na narrativa de José, que contrapõe sua vida atual ao laço afetivo e comunitário cultivado nas cidades do interior do Acre em seu antigo trabalho como entregador: “*Eu conheço muito a região [...] o povo do interior é muito receptivo [...] eu ganhava abacate, ovo, galinha [...] fazia entregas na cidade e depois ia pro interior [...] Ficava contando os dias pra voltar pra*

área rural [...]”. Embora o trabalho nas cidades do interior do estado também se desse em condições de exploração (como no período em que José foi contratado por um supermercado para realizar entregas de mercadorias na zona rural), essas experiências eram atravessadas por relações sociais mais humanizadoras. No interior, ainda se preservava uma sociabilidade marcada por apoio mútuo e solidariedade concreta, expressa em gestos cotidianos de hospitalidade, trocas e reconhecimento. Essa rede de relações sociais conferia sentidos positivos à sua experiência laboral e reafirmava características agradáveis de convivência advindas de sua formação ribeirinha. Ao mesmo tempo, é importante destacar que, diferentemente do trabalho vinculado à terra como meio de produção, em que não havia a figura direta de um patrão, mas sim o desafio da ausência de políticas públicas que garantissem a reprodução camponesa, na cidade prevalecia a desigualdade estrutural entre campo, floresta e urbano, já que a concentração dos programas, serviços e recursos permanecia localizada nos centros urbanos.

Esse contraste entre campo e cidade expressa que os sentidos do trabalho e da vida se constituem na relação dialética e concreta entre o sujeito e o meio social, histórico e cultural. Como ressaltam Vigotski (2010/1935), Beatón (2017) e León e Calejon (2017), a vivência é uma unidade dialética que articula dimensões afetivas, cognitivas e volitivas, formada simultaneamente pelas condições objetivas e pelas características e acumulado anterior de cada pessoa. Sob essa ótica, a desumanização das relações sociais, a precarização da vida e do trabalho, associada à perda das possibilidades oferecidas pelo acesso ao território e aos bens comuns nele presente se contrastam com o espaço urbano, intensifica os processos de desenraizamento e produz formas de sofrimento que, embora vividas subjetivamente, constituem-se na relação com realidade objetiva.

Na constituição subjetiva de José, identificamos a relação com o território ribeirinho com sentidos de pertencimento e realização pessoal, não por uma nostalgia idealizada, mas como expressão de vivências significativas que articulam necessidade e motivos, integrando as diferentes dimensões de sua vida no campo/floresta. O motivo de retorno ao território – identificada como força motriz na luta por terra – reflete essa busca por integração: *“Quem sempre viveu no interior dificilmente se adapta à cidade [...] Não tem o patuá, o açai, o buriti, nem rio pra pescar. É difícil se adaptar [...] quero voltar, ter uma terra.”* Dessa forma, os sentidos e motivos atribuídos a ter um pedaço de terra associam-se à autonomia de plantar, colher e pescar, elementos ausentes ou limitados no espaço urbano, onde o isolamento, a distância e a falta de acesso aos bens comuns provenientes do território e Natureza limitam sua condição objetiva e vivências e reforçam a necessidade de buscar outras alternativas de vida.

Nesse aspecto, os sentidos emergem tanto das vivências pessoalmente positivas vividas em contextos rurais (vida e cultura ribeirinha) quanto das condições objetivas de precariedade enfrentadas no meio urbano (instabilidade laboral, alto custo de moradia e dificuldades de mobilidade), articulando-se na busca por uma vida mais digna: *“A gente sabe que o aluguel em Porto Velho não é barato. Então, se a gente tem a possibilidade de ter uma terra, dá pra construir uma casa ou um barraco [...] já é alguma coisa.”*

Nesse processo, a possibilidade de trabalhar na própria terra se associa à satisfação de necessidades específicas que a vida urbana não contempla: *“Sim, é uma vida mais saudável [...] isso é qualidade de vida, entendeu? Isso melhora muito a vida da gente. Muda muito.”* Essa sobreposição entre vivências anteriores e necessidades atuais expressa a inter-relação entre vivência e motivação. Ao longo do desenvolvimento social do indivíduo, vivências passadas podem gerar novas necessidades, que passam a orientar decisões presentes e projetos futuros (Bozhovich, 2023). Nesse sentido, identificamos nessa dinâmica, a busca por construir as condições objetivas que possibilitem experienciar às vivências positivas anteriores, em contraste com a condição precarizada de vida, como força mobilizadora das escolhas e da orientação de vida de José.

### **Ocupação e luta pelo território: enfrentamento à precarização e individualização da vida e luta por justiça social**

Foi nesse contexto que o território de Belmont surgiu como oportunidade concreta de transformação pessoal. José conheceu a comunidade em 2014, ainda em processo de ocupação, e mudou-se para lá no ano seguinte. Sua inserção na comunidade possibilitou vivenciar aspectos centrais do modo de vida ribeirinho, ao mesmo tempo que abriu espaço para novas relações e vivências positivas para ele, reforçando o sentido de pertencimento social e territorial:

A pesca, a caça [...] eram feitas em grupo. Havia muito açai e buriti. Alguns serviços eram coletivos: você vê uma roça limpa, pronta para colher. Melancia, abóbora, cana para moer e fazer caldo. Isso traz esperança. Ter um lugar para morar sem pagar aluguel, poder criar e produzir, faz toda a diferença para quem tem raízes no meio rural. Estar na comunidade ao entardecer ou logo cedo é algo especial.

Para José, Belmont representa a possibilidade de retirar da terra o necessário para viver, reduzindo a dependência das dinâmicas de superexploração urbanas (trabalho, aluguel, individualismo) e reforça o desejo de permanecer e lutar pelo direito à terra. Esse vínculo se fortaleceu à medida que José se integrou à vida comunitária, construiu laços sociais e planejou um futuro no território, mesmo após enfrentar dois despejos violentos, em 2021 e 2022.

Para além da subsistência, a vida comunitária satisfazia necessidades mais elaboradas, ligadas à cultura e à convivência: *“A gente participava de cultos [...] tinha uma praiazinha onde nos reuníamos para tomar banho, pescar, assar carne. Quem queria ficava mais reservado no rio; quem gostava de estar com todo mundo ia para a Praia do Messião, onde nos encontrávamos.”* As vivências prazerosas intensificavam o desejo de permanecer, pois geravam necessidades diretamente vinculadas ao convívio social e à partilha no território.

Essas experiências alimentam também a projeção de um futuro desejado: *“A esperança que a gente tem é viver bem, viver em paz, sem preocupação com aluguel [...] ter sua moradia, criar sua identidade ali. Ter um lugar para receber a família e os amigos. Isso traz esperança, traz alegria.”* O território de Belmont, assim, torna-se alicerce da esperança de uma vida melhor, contrapondo-se a um cotidiano urbano marcado pela desumanização. No entanto, esse projeto foi brutalmente interrompido pelos despejos, o que

fez José e outros moradores decidirem resistir, organizando um acampamento nas proximidades do pátio do INCRA: “O que fez a gente continuar foi a fé em Deus, a resistência e a motivação de um dia voltar. E não abandonar os parceiros. Todo mundo sofreu [...] como o INCRA enrolava e não resolvia, decidimos vir para cá e fazer a manifestação.” O desejo de retornar a Belmont, portanto, não se limita a necessidades materiais; ele é também fruto das vivências e laços construídos no território. Nesse processo, a luta adquire uma dimensão de organização coletiva, inédita na sua trajetória.

Na realidade difícil do acampamento no pátio do INCRA, o relato de José indica sentidos e motivos produzidos no cotidiano que vão demonstrando os caminhos da luta pelo retorno ao território. Ao ser questionado sobre sua motivação para permanecer após oito meses de resistência, ele destaca a desigualdade entre aqueles que possuem recursos e os que, como ele e seus companheiros, lutam pela terra/território, por moradia, trabalho, dignidade e vida em comunidade:

A gente vê a diferença de quem tem condição financeira para quem não tem. Muita gente aqui não tem renda, precisa de um local para morar, sair do aluguel, sonha em ter uma comunidade, viver em paz, ter um direito de moradia digno. [...] Esse povo carrega uma causa nobre, uma causa justa. Isso motiva a gente. Cada um tem seu jeito, mas é uma causa coletiva. Um dia vou passar aqui e lembrar de tudo isso, agradecer a Deus e saber que a gente conquistou.

José expressa uma sensibilidade às dinâmicas internas da comunidade, reconhecendo as dificuldades de viver coletivamente, mas também a força de uma causa comum. Sua fala indica que seus motivos de resistência não se restringem a interesses individuais, mas se ampliam para o reconhecimento da necessidade de que todos tenham acesso à terra e à moradia. Isso indica uma possível complexificação de seus sentidos sobre a luta, articulando experiência pessoal e a análise crítica da sociabilidade sob a égide do capital, em que a resistência da comunidade se faz contra sua essência – a privatização da terra/território.

Quando questionado sobre mudanças ao longo da luta, José afirma ter se transformado:

Muda bastante. A gente aprende a ser mais paciente. O cálculo da gente eram três semanas, e já são oito meses. Nesse tempo a gente passou por doenças, necessidade, falta de renda, mas resistiu. Isso é aprendizado pra vida: eu resisti, venci, hoje estou mais preparado, mais capacitado. Aprendi que tudo leva tempo, tudo custa. Essa vivência fortalece. Eu falo pro pessoal que a gente pode ser lembrado como mártires da história, e isso ajuda a não desistir.

Nessa fala, se expressa o aprendizado e a capacidade de lidar com adversidades impostas por interesses contrários àqueles que precisam do território para viver e a consciência de que a luta coletiva exige tempo e resistência de todos. Além disso, José reconhece em si um papel de apoiar e motivar os demais, fortalecendo o grupo diante das dificuldades e violências vividas nessa trajetória de reivindicação e luta. Essa função não apenas sustenta a coesão coletiva, mas também contribui para o desenvolvimento de seus próprios motivos e sentidos sobre a luta e sobre si mesmo como sujeito engajado e protagonista. O seu relato indica como suas vivências no acampamento favoreceram transformações em seus sentidos: de uma perspectiva inicial voltada ao sonho de retornar à terra/território, sair do aluguel e ter melhores condições de vida para si, passa a

compreender a luta como uma causa comum, vinculada à coletividade, à justiça social e ao compartilhamento de responsabilidades e esperanças de um futuro melhor para todos.

Ao ser questionado sobre sua luta, ele afirma: *“A minha causa é a causa da igualdade, né? Da igualdade para todos, do direito de moradia, de viver em paz. E que a gente, como pessoa, sirva de lição, de exemplo para muitas pessoas.”* Aqui, surge um elemento central: a luta de José não se limita ao benefício próprio, mas se amplia para a igualdade e dignidade de todos. Seu desejo de “servir de exemplo” revela uma compreensão do papel histórico do sujeito na transformação da realidade. Trata-se da emergência ou complexificação de necessidades (solidariedade, luta contra as injustiças sociais e compromisso coletivo) que ultrapassam a esfera imediata e expressam motivos conscientemente orientados para fins socialmente significativos, atrelados à auto realização coletiva.

Esses sentidos, constituídos nas vivências junto aos moradores no território de Belmont, no interior do Acre e nas vivências ribeirinhas, são reelaboradas no contexto do acampamento, onde se articulam novas práticas de resistência e enfrentamento coletivo contra às violências e constantes ameaças dos grileiros, à negligência e permissividade dos órgãos públicos, à exposição a níveis ainda não vivenciados de precarização das condições de vida e vulnerabilidade social, unidos à solidariedade e pertencimento social. Nesse processo, tais práticas não apenas reforçam a permanência na luta coletiva, mas também possibilitam a ressignificação de vivências anteriores, configurando sentidos e motivos mais complexos e socialmente coerentes.

Na realidade do acampamento, José projeta um futuro para a comunidade *“O que me motiva é ver a comunidade bem envolvida, cada um cuidando do seu plantio, tendo fonte de renda, sem precisar bater na porta de um mercado ou de uma obra para pedir emprego.”* A partir desse horizonte, suas necessidades se ampliam em direção ao outro: enfrentar a fome, a pobreza e o sofrimento alheio mobilizam sua sensibilidade e motivam sua ação na ocupação:

A gente sempre tem essa sensibilidade de ajudar o próximo. Aqui dentro (ocupação após os despejos), a gente olha em volta e vê fulano que não tem o que comer, então a gente chama pra almoçar junto. Isso faz a gente pensar que não é só na gente (...) essas vivências fazem a gente ter isso.

Assim, sua luta pela terra assume caráter coletivo e solidário, superando os sentidos alienados da realidade social. A inter-relação entre necessidades e motivos, alimentada pela prática concreta no acampamento, contribui para a complexificação de sentidos e motivos que constituem sua consciência e para a centralidade do coletivo em sua hierarquia motivacional:

Resistência é lutar pelo direito da gente, pelo que acredita. Mas não sozinho: é no coletivo. Se não tiver grupo, a resistência se dispensa. Eu motivo o pessoal, digo que vamos ficar na história como mártires, e isso ajuda a não desistir. Resistência é não desistir da causa, manter o grupo unido, somando forças, até conquistar.

Ao aprofundar o relato, José reconhece que essa compreensão nasce das experiências concretas, de seu processo e da sua prática: *“Na primeira impressão, você entra num grupo sem ter dimensão do que vai acontecer. Mas a prática põe a gente nisso. O coletivo é isso: ver todo mundo junto, motivado, lutando pelo mesmo ideal, contra o poder do dinheiro e da influência.”* O relato expressa como a luta no acampamento

possibilitou o surgimento de sentidos e motivos mais complexos e genéricos, enraizados em vivências anteriores e ampliados pela prática social e coletiva da resistência. Nesse aspecto, a transformação subjetiva se expressa na integração entre afeto, intelecto e volição, neste caso, no avanço da consciência crítica, que produz motivos voltados não apenas à sobrevivência individual, mas à construção de um projeto coletivo de vida e de comunidade.

No caso de José, observa-se uma crescente complexificação dos sentidos e motivos que orientam sua conduta, resultante da articulação dialética entre as vivências anteriores e as vivências e demandas emergentes do contexto da organização da luta pelo território. Esse movimento revela, de um lado, o papel constitutivo das vivências passadas na formação de necessidades presentes e, de outro, a possibilidade de ressignificação dos sentidos e motivos diante das novas condições objetivas e subjetivas determinadas pela luta. Trata-se, portanto, de um processo em que a práxis coletiva atua como mediação fundamental na constituição do sujeito concreto, permitindo que necessidades imediatas se transformem em projetos históricos mais amplos, vinculados à resistência frente às contradições do capitalismo.

### *Considerações finais*

A trajetória de José demonstra que o desenvolvimento humano – neste caso de sujeitos que protagonizam as resistências e lutas coletivas – não pode ser compreendido de forma abstrata, descolado das condições objetivas de existência. Ao contrário, trata-se de um processo histórico-social, atravessado pelas contradições do capitalismo e mediado pelas formas concretas de trabalho e de organização da vida.

No contexto ribeirinho, o trabalho coletivo, intergeracional e territorialmente situado emerge como núcleo estruturador da vivência, orientando a constituição de necessidades, sentidos e motivos que sustentam a reprodução da vida e a constituição da subjetividade. Contudo, a migração forçada, a precarização do trabalho urbano e a inserção na luta pela terra revelam que essas vivências não permanecem estáticas. Elas se transformam e são ressignificadas diante das novas condições objetivas e subjetivas, expressando a dialética entre continuidade e ruptura, permanência e transformação. É nesse movimento que a práxis coletiva da resistência possibilita a emergência de novas formas de consciência, em que necessidades imediatas e pessoais se articulam a projetos coletivos de vida e comunidade, motivados pelo enfrentamento às injustiças sociais.

Nessa dinâmica, reafirma-se a centralidade do trabalho como fundamento ontológico do ser social. No caso de José, essa centralidade se manifesta no modo como o trabalho (aprendido desde a infância, inscrito no âmbito produtivo familiar e realizado coletivamente no território ribeirinho) estruturou suas relações, conformou necessidades e deu forma a vivências específicas. É nesse processo que o trabalho se revela não apenas como meio de subsistência, mas como atividade criadora, capaz de organizar a vida cotidiana, mediar a relação e apropriação da natureza e consolidar vínculos comunitários. Ao mesmo tempo, o trabalho constitui a base a partir da qual se produzem

vivências com sentidos e motivos que orientam sua conduta, projetando expectativas e finalidades para além da sobrevivência imediata e individual.

No curso da vida concreta, ao enfrentar a migração, a precarização do trabalho urbano e, sobretudo, a inserção na luta pela terra, sentidos e motivos foram reelaborados e ampliados pela práxis coletiva da resistência coletiva no acampamento. É nesse processo que a categoria de sujeito concreto adquire materialidade: José se constitui como sujeito histórico-social nas contradições entre suas vivências e a prática coletiva da luta, na qual sua trajetória individual se articula às determinações sociais mais amplas.

A luta pelo território, nesse aspecto, não se limita à disputa material pela terra. Ela se constitui como espaço de produção de sentidos e motivos de resistência frente à lógica destrutiva do capital, reafirmando o território como espaço de reprodução da vida e de confronto entre projetos societários distintos, expressão da luta de classes. A experiência de José ilustra como a consciência crítica pode emergir de processos coletivos, em que o drama vivido individualmente ganha densidade histórica e política na medida em que se inscreve na resistência de uma comunidade.

Por fim, buscamos mostrar que a subjetividade não é um dado secundário, mas um elemento constitutivo e definidor das lutas sociais. Forjada na prática comunitária e nas condições contraditórias da vida sob o capitalismo, essa subjetividade pode tornar-se força criadora e mobilizadora na construção de alternativas históricas. Nesse horizonte, a defesa do território e da vida coletiva na Amazônia não deve ser vista apenas como uma questão local ou de sobrevivência imediata, mas como parte de um projeto de emancipação humana.

### **Referências:**

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARROS, I. F. O agronegócio brasileiro: avanço do capital sobre a terra. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018. Disponível em: <https://cadernos.abaagroecologia.org.br/cadernos/article/view/395/1356>. Acesso em: 11 set. 2025.

BEATÓN, G. A. El proceso de evaluación y diagnóstico en el diálogo y acción con lo histórico cultural. In: SAMPAIO DE OLIVEIRA, A. A.; BORTOLONI POKER, F. I.; WOLF DE OLIVEIRA, Y; MUÑOZ MARTÍNEZ, Y. **Prácticas pedagógicas en educación especial: hacia una escuela inclusiva**. Alcalá: Universidad de Alcalá, Servicios de Publicaciones, 2014. p. 69-93.

BEATÓN, G.A. Vivência, atribuição de sentido e subjetivação da atividade, a comunicação e relações sociais. In: BERNARDES, M.E.M.; BEATÓN, G.A. (Org.) **Trabalho, educação e lazer: contribuições do enfoque Histórico-Cultural para o desenvolvimento humano**. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2017.

BOZHOVICH, L.; BLAGONADIEZHINA, L. Prefacio. In: **Estudio de la motivación de la conducta de los niños y adolescentes**. Editorial Progreso: Moscou, 1978.

BOZHOVICH, L. El problema del desarrollo de la esfera motivacional en el niño. In: **Estudio de la motivación de la conducta de los niños y adolescentes**. Editorial Progreso: Moscou, 1978. p.9-41.

- BOZHOVICH, L. Tradução: MARÍLIA DAEFIOL HERRERO GOMES, T. A situação social do desenvolvimento infantil. **Germinar**: marxismo e educação em debate, [S. l.], Salvador, v. 15, n. 1, p. 612–638, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/54181>. Acesso em: 18 jul. 2025.
- CRAVEIRA, K. O.; SILVA, F. B. A. AMACRO e frentes pioneiras na Amazônia: desmatamento, psicosfera e questão fundiária. **Revista Geopolítica Transfronteiriça**, v. 8, n. 2, p. 39-53, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uea.edu.br/index.php/revistageotransfronteirica/article/view/3354>. Acesso em: 12 set. 2025.
- IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LEÓN, G.F.; CALEJON, L.M.C. Vivência, situação social do desenvolvimento e práxis. In: BERNARDES, M.E.M.; BEATÓN, G.A. (Org.) **Trabalho, educação e lazer**: contribuições do enfoque Histórico-Cultural para o desenvolvimento humano. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2017.
- LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukács**. São Paulo: Unijuí, 2007.
- LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2015.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo, Boitempo, 2013.
- MACIEL, J. S.; MORAES, R. D.; NINA, S. F. M. Dimensão subjetiva do trabalho de ribeirinhos em uma comunidade rural do Amazonas. **Trabalho (En)Cena**, [S. l.], v. 8, n. Contínuo, 2023. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/15020>. Acesso em: 7 set. 2025.
- MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2018.
- MALHEIRO, B; PORTO-GONÇALVES, C. W; MICHELOTTI, F. **Horizontes Amazônicos**: para repensar o Brasil e o mundo. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.
- NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- POLITZER, G. **Crítica dos fundamentos da psicologia e Outros Escritos**. São Paulo: Lavrapalavra, 2022. (Publicação original: 1928).
- PONTE, K. P; LIMA, A. I. B. Contemporaneidade e sofrimento psíquico: o olhar da clínica histórico-cultural. In: LIMA, A. I. B. (Org.). **Cartas para Vigotski**: ensaios em Psicologia Clínica. Fortaleza: EDUECE, 2020. p. 45-68.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, amazônias**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- ROSA, M. P. **Os sentidos do trabalho camponês no tabaco e na agroecologia**: possibilidades de transformação e resistência. 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-04072018-174547/pt-br.php>. Acesso em: 19 ago. 2025.
- SILVA, O. B. **O princípio educativo do trabalho ribeirinho na comunidade e na escola**: convergências e contradições. 2021. 396 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2021. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8573>. Acesso em: 05 jul. 2025.
- SOUZA, M. **O Desafio Amazônico**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 1994.
- TONET, I. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

VIGOTSKI, L. S. **O sentido da crise na Psicologia**. Tradução de Z. Prestes. São Paulo: Lavrapalavra, 2025. (Publicação original: 1927).

VIGOTSKI, L. S. **Sete aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da pedologia**. Organização e tradução: Zoia Prestes. Tradução de Elizabeth Maria de Freitas. Rio de Janeiro: E-papers, 2018.

VIGOTSKI, L.S. Quarta aula: a questão do meio na pedologia. Tradução: VINHA, M. P. **Psicologia USP**, São Paulo, n.21, v.4, p.681-701, 1935/2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/4VnMkhXjM8ztYKQrRY4wfYC/?lang=pt#>. Acesso em: 12 ago. 2025.

VIGOTSKI, L. S. Pensamento e palavra. In: VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. 4. ed). São Paulo: Martins Fontes, 2009. p.395-486. (Publicação original: 1934).

VIGOTSKI, L.S. El problema de la conciencia. In: **Obras Escogidas – Tomo I**. Madrid: Editorial Aprendizaje/Visor, 1997. (Originalmente escrito em 1933).

VIGOTSKI, L. S. O manuscrito de 1929. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v.21, n.71, p.21-44, jul. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000200002>. Acesso em: 15 de ago. 2025.

---

### Notas

<sup>1</sup> Doutorando em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP), do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) da Universidade de São Paulo (USP). Bolsista CNPQ. Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (Unir) (2022). Integrante do [Laboratório de Psicologia Socioambiental e Práticas Educativas \(LAPSAPÉ\)](#). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4441169139857860>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6397-7925>. E-mail: [fabio.relative@gmail.com](mailto:fabio.relative@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) da Universidade de São Paulo (USP) com bolsa CNPQ. Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia (Unir) (2022). Membro do [Laboratório de Psicologia Socioambiental e Práticas Educativas \(LAPSAPÉ\)](#). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2053328356965320>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8108-0548>. E-mail: [dayland44@gmail.com](mailto:dayland44@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutora (2019) pelo Programa de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). É professora adjunta da graduação e da pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (Unir). Integra o [Grupo Amazônico de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação \(GAEPPE\)](#). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2381242802808088>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5304-2648>. E-mail: [solange.struwka@unir.br](mailto:solange.struwka@unir.br).

Recebido em: 15 de set. 2025

Aprovado em: 2 de dez. 2025